

## Nos 850 Anos da Fundação da Nacionalidade

Luís Filipe Lindley Cintra\*

### A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal (Origens e evolução) \*\*



I

O primeiro rei de Portugal, ou seja, aquele infante que, em dado momento do séc. XII, decidiu intitular-se a si próprio rei e obteve pouco a pouco, habilmente, o reconhecimento da independência do condado que governava e que, até então, dependia do reino de Leão – Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha e de Teresa, por sua vez filha bastarda de Afonso VI, o famoso rei de Leão e de Castela que reconquistou Toledo aos mouros – é um personagem cuja história e feitos impressionaram visivelmente a imaginação dos seus contemporâneos e sobretudo a imaginação das gerações que se seguiram. É o que explica, primeiro, o tom panegírico e quase hiperbólico de algumas fontes latinas (anais, vidas de santos), no entanto históricas, escritas pouco tempo depois da sua morte. É isso que explica ainda – e é o mais importante no

caso preciso de que me proponho tratar – a deformação que se introduziu bastante rapidamente nas descrições dos seus feitos – uma deformação que aparece já nas crónicas castelhanas e portuguesas de fins do séc. XIII, uma centena de anos depois da sua morte.

A história de Afonso, mesmo antes desta deformação, tinha – é preciso reconhecê-lo – matéria com que impressionar quem a ouvisse. Simples filho de um conde, vassalo do rei de Leão, que morreu (1112) quando ele ainda era uma criança, Afonso (n. em 1109), antes de atingir a maioridade, em 1128, já tinha retirado o governo do condado a sua mãe e ao seu amante galego (um dos maiores senhores da época), Fernão Peres de Trava, com o qual ela vivia desde a morte de seu pai. A partir deste momento tinha conseguido combater vitoriosamente tanto os leoneses e galegos como os mouros.

Em 1139-1140, decidia adoptar o título de rei dos Portugueses e, em 1143, obtinha que o imperador Afonso VII de Leão e Castela reconhecesse o seu direito a assim se intitular. Entre 1140 e 1169, a sua história é a de toda uma série de vitórias sobre os mouros, que lhe permitiram deslocar a fronteira da reconquista da linha do rio Mondego até ao interior da província do Alentejo, ou seja até bastante ao Sul da linha do Tejo. Ainda que os contra-ataques dos mouros, no fim do seu reinado, lhe tenham feito perder uma parte do território meridional já reconquistado, a linha do Tejo nunca mais foi atravessada pelos mouros. As duas grandes cidades de Lisboa e Santarém ficaram sempre portuguesas, a partir do momento em que Afonso as reconquistou em 1147.

Toda esta sucessão de vitórias não podia deixar de impressionar os seus contemporâneos. Mas a sua imaginação não foi menos abalada pelo acidente inesperado que provocou, em 1169, em Badajoz, a prisão do rei de Portugal pelo seu genro, o rei Fernando de Leão, com o qual ele se encontrava em guerra. Afonso caiu prisioneiro, depois de o ferrolho de uma das portas da cidade lhe partir a perna direita, quando ele saía, a correr, montado no seu cavalo. Este desastre, de que este rei sempre vitorioso foi vítima, encontra-se aludido até nas fórmulas que servem para datar alguns *documentos* leoneses. Neles se fala do “ano em que o rei de Portugal foi feito prisioneiro em Badajoz”.

Rapidamente posto em liberdade pelo seu genro, em troca de algumas cidades que ainda possuía na Galiza, Afonso I reinou até ao ano de 1185, quanto tinha atingido a idade de cerca de 76 anos. Tinha governado durante 57 anos.



HISTÓRIA DE PORTUGAL

UMA PÁGINA DA «CHRONICA DE D. AFONSO HENRIQUES»

*(Biblioteca Municipal do Pôrto)*

II

Se a verdadeira história de Afonso é heróica e dramática em si própria, aquela que nos contam as crônicas de fim do séc. XIII ainda o é muito mais.

Segundo essas crônicas, como, por exemplo, o fragmento de crônica portuguesa que é designado habitualmente como *IV.<sup>a</sup> Crônica Breve do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* e aquela a que se chama dos *Vinte Reis*, redigida em castelhano, misturado com alguns elementos leoneses – dois textos que têm com certeza

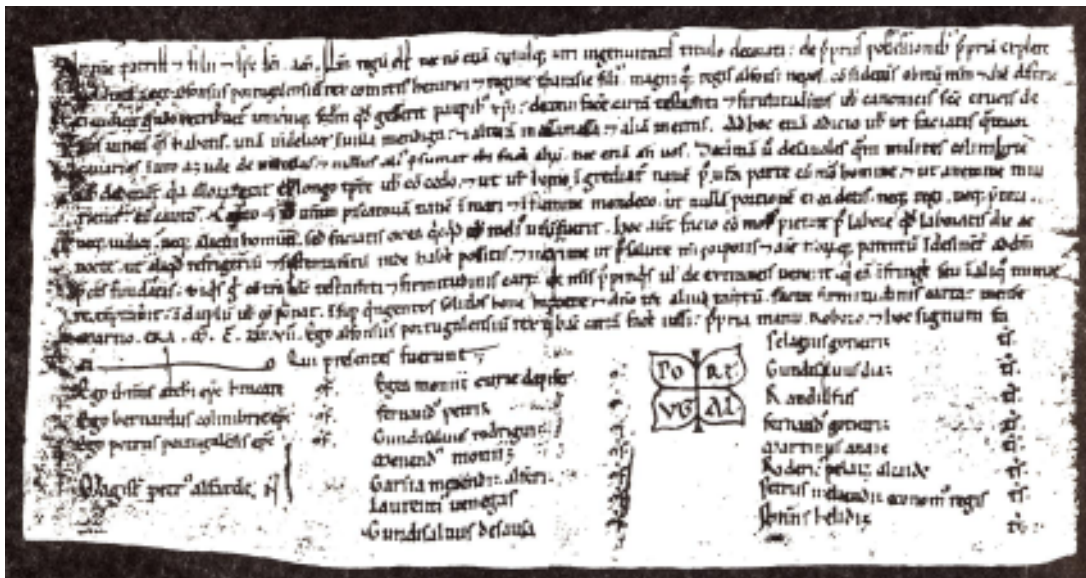
uma mesma fonte – Afonso Henriques, que, segundo a história, recordemo-lo, não tinha senão 3 ou 4 anos, por ocasião da morte do seu pai, já tem idade suficiente para compreender um longo discurso que este lhe fez pouco antes de morrer – em frente das muralhas da cidade leonesa de Astorga que estava prestes a conquistar.

Acompanhou o enterro do Conde a Braga, e tendo sido entretanto espoliado pela sua mãe e por aquele que durante a sua ausência se tinha tornado o seu padraсто, revoltou-se, com o apoio de seu amo e cavaleiro Soeiro Mendes e de muitos dos seus cavaleiros, e combateu sua mãe e seu padraсто, venceu-os, expulsou Fernão Peres e pôs sua mãe numa prisão, presa com cadeias de ferro.

Nessa altura, a prisioneira maldisse-o: “Que ferros como estes que me atam os pés te partam um dia as pernas!” disse ela. É esta maldição (que se há-de ver cumprida no dia fatídico de Badajoz) que fornece o pretexto de todo o resto da lenda. Para vingar a infanta (ou rainha, segundo era chamada por ser filha de rei) Teresa, é primeiro o maior poder de Espanha que se apresenta e que Afonso vence sem muita dificuldade: o imperador Afonso VII de Leão e Castela, seu primo, é vencido no norte de Portugal e foge rapidamente em direcção a Toledo sobre um cavalo branco, pois tem medo de perder esta cidade. A seguir, é um alto representante da Igreja que se encarrega de intervir: o bispo de Coimbra.

Por ordem do Papa, ordena a Afonso – que entretanto ganhou várias batalhas contra os mouros, em particular a de Ourique, e já é chamado rei pelos seus súbditos – que ponha em liberdade a sua mãe, sob pena de excomunhão. O rei recusa obedecer e o bispo excomunga-o, assim como o reino, e foge em direcção a Roma. Afonso, assim que sabe disso, dirige-se à catedral, escolhe entre os clérigos um negro chamado Çoleyma – ou seja, provavelmente um moçárabe de religião cristã mas de raça africana –, declara-o bispo e obriga-o a dizer a missa em sua presença. O Papa, informado do que se passa, manda um cardeal-legado, para exigir de Afonso o cumprimento dos seus deveres de filho e de crente. O Rei não só se recusa a ir ao encontro do cardeal, mas recebe-o mal, mostrando-lhe as cicatrizes recebidas em combate contra os mouros, como prova da sua fé. No dia seguinte, sabendo que o cardeal, tendo-o mais uma vez excomungado, fugiu, persegue-o e obtém dele, sob a ameaça de lhe cortar a cabeça, a certeza de que nunca mais será excomungado em toda a sua vida. Enquanto espera uma confirmação de Roma, guarda o sobrinho do cardeal como refém. A partir desse dia, acrescenta o narrador, Afonso foi “bispo e arcebispo de todo o seu reino”.

Mas o castigo tinha que chegar um dia. Apresentou-se sob a forma do acidente de Badajoz, manifestação directa da vontade de Deus. Feito prisioneiro pelo rei de Leão, Afonso obteve a sua liberdade, em troca da promessa de voltar assim que a sua perna partida deixasse de o impedir de montar a cavalo. Para não ter que cumprir o que tinha prometido, decidiu nunca mais montar a cavalo até à sua morte.



CARTA EM QUE, PELA PRIMEIRA VEZ, AFONSO HENRIQUES SE INTITUTLA REI (MARÇO DE 1139)

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

III

O resumo, que parece indispensável fazer da parte mais significativa dos capítulos consagrados ao primeiro rei de Portugal nas crónicas do fim do séc. XIII, é suficiente, creio, para revelar a natureza e o género da fonte perdida ou ainda não encontrada que foi utilizada tanto pelo autor da “Crónica de Vinte Réis” como pelo da “Crónica Breve de Sta. Cruz”, pois alguns pormenores, que não vou lembrar aqui impedem de aceitar que um dos textos provenha do outro. Tratava-se com certeza de uma narração de jograis épicos – muito provavelmente de um poema, de uma canção de gesta de Afonso I que os cronistas a que fiz alusão utilizaram directamente ou já por intermédio de uma prosificação. É essa a hipótese que



as características da lenda em si, a maneira como o personagem histórico central se encontra transfigurado e como são tratados os personagens secundários, a estrutura da “fábula”, de uma notável unidade e organização interna (tomando como ponto de partida a maldição dita pela rainha, através de uma série de episódios que não são mais que tentativas de cumprimento desta maldição, ela vai dar na realização em Badajoz) e o estilo em si que é um estilo enérgico e directo, onde os pormenores concretos, as descrições rápidas e condensadas da acção e as hipérbolos abundam e onde o diálogo se confunde constantemente com a narração em discurso directo, é essa a hipótese, dizia eu, que me parece mais provável e aceitável ainda que, até agora, nenhum poema épico medieval, nenhuma canção de gesta em língua portuguesa, nos tenha chegado directamente. Mas o facto é que, da abundante produção espanhola, de que os vestígios abundam nas crónicas do séc. XIII e XIV, sobretudo nas de Afonso, o Sábio, e dos seus continuadores, não há senão uma canção e o fragmento de outra que o tempo poupou, que nos tenham sido transmitidas: o *Poema do Cid* e o *Fragmento de Roncesvales*. Não é muito surpreendente que, de uma produção portuguesa certamente inferior quanto ao número de poemas, nenhum chegasse até nós.

A lenda épica de Afonso I – esta lenda que, como vimos, o apresentava como um herói valente mas rebelde, irrespeitoso para com a sua mãe e irreverente para com a Igreja, representada sucessivamente por um bispo e por um cardeal que ele não hesita ameaçar de morte – transmitiu-se de crónica em crónica, durante todos os sécs. XIV e XV e mesmo XVI, como se se tratasse da verdadeira história do primeiro soberano português. Encontramo-la na *Crónica Geral de Espanha*, redigida por volta de 1344, sob a direcção de um filho do rei D. Denis – o conde D. Pedro de Barcelos – imitando as grandes crónicas do rei seu bisavô Afonso X, e que é a mais longa e mais completa das crónicas medievais portuguesas. Encontra-se na *Primeira Crónica dos Reis de Portugal*, redigida por volta de 1419, muito provavelmente por ordem do rei-escritor D. Duarte. Reconhece-se ainda na crónica redigida no princípio do séc. XVI, por volta de 1505, alguns anos depois da descoberta da via marítima para a Índia e mesmo depois do descobrimento do Brasil, pelo cronista oficial do rei, Manuel, o “Venturoso”, soberano (foi assim que o cognominaram) da grande época das descobertas: o cronista Duarte Galvão.

Cada uma destas crónicas acrescenta habitualmente um ou vários pormenores ou episódios à lenda inicial. Em alguns deles reconhece-se facilmente o reflexo das modificações de tipo tradicional que são normais na história das lendas épicas.

Para outros, é preciso admitir a intervenção dos próprios cronistas. Entre estas intervenções de cronistas, não posso deixar de lembrar uma curiosa inovação do último dos autores que citei: Duarte Galvão. Quando narra, de acordo com as crónicas anteriores, a cena violenta da eleição do bispo “negro” Çoleyma – introduz todo um capítulo inteiro onde tenta fazer ver ao leitor contemporâneo que não se trata de um sacrilégio do rei, mas sim de uma “prefiguração” da acção dos reis posteriores, atraindo os negros para o seio da Igreja.

#### IV

Esta surpreendente digressão de Duarte Galvão tem, além disso, razões profundas que nos obrigam a reconhecer como causa da sua introdução mais do que uma simples necessidade de actualizar a antiga descrição. Esta digressão deve-se, antes de mais, à necessidade de pôr de acordo, no interior da crónica, a antiga imagem épica do rei, com uma outra imagem, lendária também, que se encontra nela tão completamente desenhada como a primeira, mas que se opõe bastante visivelmente a ela em vários aspectos fundamentais.

Trata-se de uma imagem de Afonso como rei essencialmente piedoso, escolhido por Deus para se tornar fundador da monarquia portuguesa e a quem o próprio Cristo apareceu para lhe fazer conhecer que gozava da protecção divina e que os seus descendentes teriam uma missão providencial a cumprir.

É uma imagem que não aparece pela primeira vez no texto de Duarte Galvão. Simplesmente ele é o primeiro cronista que sentiu a contradição interna entre as duas maneiras de apresentar o personagem real e que tentou resolver o problema, de uma maneira aliás bastante ingénua.

Aquilo que eu chamarei a *Segunda lenda de Afonso I* aparece pela primeira vez, sob uma forma já bastante desenvolvida (nos textos anteriores só há indícios) no começo do séc. XV na *Crónica dos reis de Portugal de 1419*, onde se encontra misturada com a lenda épica, sem que o cronista pareça ter tido consciência das contradições internas do seu texto.

Esta *Segunda lenda* tem, como centro, a descrição de uma batalha contra os mouros, à qual os mais antigos textos só fazem uma alusão bastante rápida.

Ela dera-se em Ourique, no interior da província do Alentejo, e o rei tinha nela vencido cinco reis mouros. Em memória desta vitória, e como maneira de dar graças a Deus, mandara desenhar sobre as suas armas cinco escudos representando os cinco reis vencidos, em cruz, para lembrar a cruz de Cristo, e, sobre cada um deles, tinha mandado pintar trinta círculos que representavam

as trinta moedas em troca das quais Cristo foi vendido a Judas. Fora depois da vitória de Ourique que ele tinha sido eleito rei pelos seus no campo de batalha.

Sabe-se hoje que a batalha de Ourique é um facto histórico de uma importância bastante grande. O resto é essencialmente lendário e principalmente destinado a explicar simbolicamente a origem das quinas que os reis de Portugal não começaram aliás a usar senão no séc. XIII. É uma lenda evidentemente de natureza completamente diferente da lenda épica de que falei ao princípio deste estudo.

É realmente à volta deste núcleo – que se encontra já na *Crónica geral de 1344* – que se desenvolveu a segunda lenda de que nos vamos ocupar agora. A *Crónica de 1419*, cita aqui e além uma “história de Afonso I” na qual ele próprio contava esta aventura, história que estava guardada no Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, onde o rei tinha sido sepultado.

Essa história contava que antes da Batalha de Ourique, enquanto todos os cristãos e ele próprio tinham medo das consequências da desproporção em número entre o seu exército e o dos mouros, Afonso tinha recebido a visita totalmente inesperada e misteriosa de um eremita que habitava a região e que lhe anunciou – em nome de Deus – que no dia seguinte, ele venceria os mouros e que antes disso, como prova da vontade divina, Cristo lhe apareceria no céu, um pouco antes da madrugada, pregado na cruz.

A predição do eremita foi cumprida completamente. A aparição deu-se e, depois de o rei e todos os seus homens se terem confessado e terem comungado, começaram a batalha de que saíram vencedores. O rei fez desenhar sobre o seu brasão os cinco escudos em lembrança dos cinco reis mouros sobre uma cruz azul – que lembra agora a cruz sobre a qual Cristo lhe apareceu. Em cada escudo, os trinta dinheiros (mais tarde reduzidos a cinco, explica o cronista, porque era difícil desenhar tantos círculos sobre certos objectos cuja superfície era limitada e porque de qualquer maneira, contando duas vezes o escudo central que se encontrava no meio da cruz se obtinha o número trinta). Trata-se aí evidentemente de uma actualização, tendo em conta a forma que as armas de Portugal tinham já tomado no princípio do séc. XV.

Não me parece difícil, partindo de uma análise do seu conteúdo, como o fizemos para a primeira, indicar qual é a origem desta segunda e mais recente lenda de Afonso I. Já não se trata com certeza de uma lenda épica mas de uma lenda de origem religiosa, monástica – provavelmente nascida e desenvolvida no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que tinha sido fundado pelo próprio rei e onde se encontrava o seu túmulo.



Não é ocasião aqui para apresentar todos os argumentos que se podem trazer em defesa desta hipótese. Bastará por agora sublinhar o papel fundamental, na lenda, da “Santa Cruz” que deu o seu nome ao mosteiro.

No episódio do milagre de Ourique, que – é preciso acrescentar – justificava, de certo ponto de vista, a existência de Portugal como um reino independente e muito cristão (visto que o próprio Cristo tinha aparecido ao seu primeiro rei) – a imagem do devoto Afonso é já quase a de um santo.



BULA DE ALEXANDRE III, DE 1179, EM QUE É  
CONFIRMADO O TÍTULO DE REI  
DE QUE USAVA AFONSO HENRIQUES  
(Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

Não nos chocará saber que, algum tempo mais tarde, os monges de Santa Cruz falavam de curas miraculosas que se tinham dado perto do seu túmulo e por sua intercessão. E, como a lenda foi aceite e defendida como verdade histórica até ao séc. XIX, durante o qual o facto de o grande historiador romântico Alexandre Herculano ter negado, o milagre pôde ainda provocar uma longa e ardente polémica, e não será tão pouco espantoso saber que no séc. XVIII houve mesmo uma tentativa, junto da Santa Sé, para obter a canonização do rei.

Nessa época – como já no séc. XVII – a segunda lenda e, com ela, a segunda imagem do rei Afonso, tinha conseguido ocupar

definitivamente o primeiro plano e mesmo eliminar totalmente, ou quase, o personagem épico dos mais antigos textos. Deve-se isso a uma reacção crítica contra a lenda primitiva, da qual o principal representante é curioso historiador, jurisconsulto e gramático do fim do séc. XVI e do princípio do séc. XVII, cujas obras são, infelizmente de momento insuficientemente conhecidas – Duarte Nunes de Leão.

No prólogo das suas *Crónicas dos Reis de Portugal Reformadas*, obra publicada no ano de 1600, ele anuncia a sua intenção de condenar como apócrifa toda uma série de feitos que nunca ninguém tinha posto em dúvida e, nos capítulos consagrados a Afonso I, verifica-se que faz alusão, entre outras, às histórias inacreditáveis (é a expressão que ele emprega) que eram contadas sobre o primeiro rei de Portugal. Valerá a pena dizer, no entanto, que, entre essas histórias incríveis, este espírito tão crítico não inclui a lenda da batalha de Ourique.

Nunes de Leão admite, ao contrário, o milagre e é mesmo o primeiro a surpreender-se de que os sucessores de Afonso não tenham ainda pedido a sua canonização.

Falando das armas de Portugal e, depois de ter reproduzido a explicação mais antiga que lembrámos já, acrescenta a que se encontra já antes na obra de André de Resende, no séc. XVI, e que os séculos posteriores iriam reter como definitiva: os cinco escudos representariam não os cinco reis mouros vencidos em Ourique mas as cinco chagas de Cristo crucificado.

Alguns outros historiadores ou cronistas dos fins do séc. XVI e do princípio do XVII encarregaram-se de desenvolver a segunda lenda de Afonso I e tentaram oferecer-lhe apoios, à maneira típica da época, que a honestidade e o rigor científico estavam, como se sabe, muito longe de caracterizar.

Em 1597-1598, Pedro de Mariz, autor de um livro chamado *Diálogo de Vária História*, anunciava, só na segunda edição da sua obra, que os monges Cistercienses de Alcobaça acabavam de descobrir, nos arquivos do mosteiro, um documento em latim que ele publica e que se verifica ser nem mais nem menos que uma declaração feita 23 anos depois da batalha de Ourique, em Coimbra, em frente de vários bispos e de todos os grandes senhores da corte, pelo próprio Afonso I, a propósito da aparição, declaração, na qual a descreve, de acordo naturalmente com o texto da *Crónica de 1419*, mas acrescentando toda uma colecção de pormenores. Este falso documento foi reeditado pouco tempo depois, em 1602, na *Crónica da Ordem de Cister*, pelo cronista oficial da ordem e do reino, Frei Bernardo de Brito, que faz dela a base de uma descrição da batalha – bastante sobrecarregada, em estilo barroco,

reproduzida pouco mais tarde, em 1632, quase sem mudanças, pelo sucessor de Brito, como cronista régio, António Brandão, na *Monarquia Lusitana*, ou seja no que era então reconhecido como a crónica oficial do reino português. Esta falsificação – que não resiste à mais superficial análise – foi assim extraordinariamente tornada como base de todas as descrições desta parte do reino de Afonso I, até ao momento onde, em pleno séc. XIX, Herculano ousou atacá-lo, aceitando as consequências às quais já tive ocasião de fazer uma alusão rápida.

É naturalmente muito interessante estudar como a lenda –ou mais exactamente, as lendas de Afonso I passaram, nas fases diferentes de evolução que tentei resumir, da historiografia a alguns outros géneros literários.

A falta de tempo necessário fará que eu me limite a dar sobre esta matéria algumas indicações um pouco superficiais.

Farei menção, em primeiro lugar, ao grande poema épico de Camões, *Os Lusíadas*, publicado, como se sabe, em 1572. O poeta que conseguiu incluir nos seus dez cantos de estrofes de decassílabos à italiana, toda a história do seu país, não podia deixar de falar de Afonso e das suas vitórias. Fá-lo, no canto III (estrofes 28 a 84) baseando-se na crónica de Duarte Galvão, que segue com uma fidelidade impressionante. Isso não é evidentemente sempre uma qualidade e algumas destas estrofes são verdadeira prosa rimada. O que não impede que, de vez em quando, uma estrofe sobressaia do conjunto pelo seu valor poético sobretudo quando Camões esquece um pouco a sua fonte e a segue demais longe, como por exemplo durante a descrição da batalha de Ourique.

## VI

Ao princípio do séc. XVII – mais precisamente em 1618 – o teatro apodera-se, penso que pela primeira vez, da lenda de Afonso I. Trata-se de uma peça de um género muito original, pouco conhecido até uma data recente, em que foi objecto de uma tese de doutoramento defendida na Sorbonne em 1964 pelo lusófilo francês Claude-Henri Frêches: uma tragicomédia em latim, semelhante a muitas que, entre 1550 e 1750, os jesuítas fizeram representar aos seus alunos, nos colégios que mantinham em Portugal. Estas tragicomédias eram o correspondente mais perfeito que se possa encontrar, para a época, das revistas de grande espectáculo, do music-hall moderno. Misturavam a recitação ao canto isolado ou em coro, ao ballet, aos grandes efeitos de água ou de luzes, utilizavam um guarda-roupa rico e variado, truques de encenação, etc.



Em geral não se publicava, dos textos que serviam de base a estes grandes espectáculos, senão um resumo no meio do qual se reproduziam os coros. É precisamente o caso para a *Tragicomédia de D. Afonso Henriques* – escrita pelo padre jesuíta António de Sousa e representada em Lisboa no ano de 1617, no colégio jesuíta de Santo Antão. O resumo deixa ver que António de Sousa tinha tomado como ponto de partida o texto de Bernardo de Brito na *Crónica de Cister*, publicada em 1601, e que não tinha deixado de parte nenhuma das possibilidades de transformar a descrição barroca do historiador num espectáculo, igualmente barroco, no qual não faltavam nem os personagens alegóricos (o Amor Divino, a Justiça, a Misericórdia) nem as visões do rei, nem os ballets dos remadores do Tejo ou das jovens mouras (representadas por jovens rapazes, pois a participação de mulheres nos espectáculos jesuítas era evidentemente proibida: todos os papéis femininos eram confiados a homens).

É no entanto fora da literatura portuguesa que a lenda de Afonso I iria dar origem à mais notável das peças de teatro que a tomaram como tema e é dizendo algumas palavras a propósito desta peça que acabarei este estudo.

O grande Tirso de Molina – ou seja o monge e historiador espanhol Frei Gabriel Tellez, do qual várias comédias têm como tema ou como cenário histórias portuguesas ou regiões de Portugal – tomou a lenda de Afonso I como tema do seu drama *Las quinas de Portugal* (1638). Embora a nota autógrafa final de um dos manuscritos, assinada pelo próprio autor, indique como fontes Duarte Nunes de Leão e principalmente Faria e Sousa, autor de um resumo um pouco secundário de história de Portugal, a análise da peça indica que Tirso conheceu e utilizou igualmente a obra de Bernardo de Brito ou a *Monarquia Lusitana*. Com uma grande liberdade, a liberdade característica dos grandes criadores literários, utilizou os dados das suas fontes para criar um personagem de Afonso que não se encontra em nenhuma delas.

Tirso começa a sua peça apresentando-nos Afonso, algum tempo antes da batalha de Ourique, como um príncipe intensamente apaixonado por uma senhora da sua corte, da qual teve duas filhas. O seu amor fê-lo esquecer os maiores deveres de Estado, como Conde de Portugal. O eremita da lenda de Ourique (que, na peça, é nada menos que um velho arcebispo de Braga, amigo e companheiro do Conde D. Henrique) tem assim a dupla função de o chamar ao dever e, mais tarde, de lhe anunciar a aparição de Cristo e a sua próxima vitória sobre os Mouros.

Esta imagem completamente nova e estranha à sua lenda, a de Afonso apaixonado, foi sugerida a Tirso provavelmente pela

menção feita por Faria e Sousa da existência de duas filhas bastardas do rei, filhas que teria tido de certa D. Elvira Gualter, desconhecida das outras fontes. Mas para ser mais exacto, é preciso reconhecer que lhe serviu principalmente de modelo a imagem estereotipada do “português” – não somente no teatro de Tirso de Molina, mas no de todo o séc. XVII e mesmo do séc. XVIII espanhóis. Como é que o nosso primeiro rei poderia ter sido uma excepção à regra que fazia de todos os portugueses uns apaixonados descontrolados e incontroláveis nas suas paixões?

Mas ao lado desta nova imagem do rei encontramos o príncipe católico da segunda lenda que, vencedor ao mesmo tempo dos seus vícios e dos seus inimigos, apresenta aos seus companheiros de armas o estandarte com as armas portuguesas – as Quinas de Portugal – que, mais dramaticamente que nas versões já referidas, é o próprio Cristo que lhe entrega numa das cenas anteriores.

E é precisamente nesse momento que Tirso faz o “seu” Afonso I pronunciar em frente dos guerreiros os poucos versos seguintes muitas vezes citados e com que vou concluir o meu estudo, versos surpreendentes pelo seu patriotismo português, se pensarmos que são devidos a um autor espanhol. embora não se deva esquecer que se trata de um espanhol da época em que os dois reinos da Península se encontravam reunidos sob a mesma coroa:



SINAL DE AFONSO HENRIQUES,  
EM UM DOCUMENTO DE 1140



SINAL DE AFONSO HENRIQUES,  
EM UM DOCUMENTO DE 1144

#### POEMA

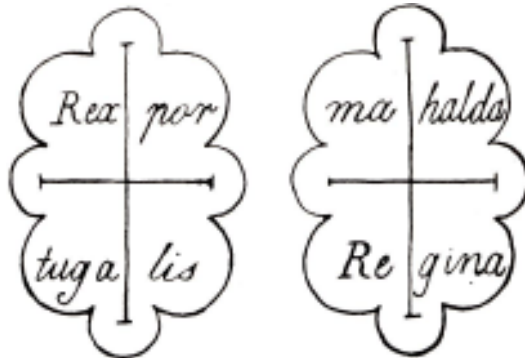
Aqueste estandarte, amigos,  
estas armas consagradas,      venárenlas por más nobles  
que, de los granates ricos      de hoy más los franceses lirios,  
de la redención del hombre      las barras aragonesas,  
púrpura eterna ha tenido,      los leones y castillos;  
bajó a honrar nuestra corona      eternizarlas promete,  
desde el alcázar empíreo;      por anos, lustros y siglos,  
sus ángeles lo pintaron,      la omnipotencia del cielo.  
mi Dios su artífice ha sido;      Quien nos las dió fué Dios mismo.



## APÊNDICE

### Lendas de Afonso Henriques (Esquema Cronológico)

Anais de A.H	<i>Annales Portucalenses Veteres</i> ( <i>Chronica Gothorum</i> ) <i>Crónica galego-portuguesa</i> (> <i>IV Crónica Breve de Sta. Cruz de Coimbra</i> )	séc. XII (finais)  séc. XIV (início)
Lenda épica de A.H. (séc. XIII)	<i>Crónica “de Vinte Reis”</i>  <i>Crónica geral de Espanha de 1344</i> (= <i>III Crónica Breve de Sta. Cruz de Coimbra</i> ) <i>Crónica de Portugal de 1419</i> (=Fernão Lopes?) D. Galvão – <i>Crónica de D. Afonso Henriques</i> Pedro de Mariz – <i>Dialogos de Varia Historia</i> 2. <sup>a</sup> ed. (Juramento) 1597	sécs. XIII-XIV  séc. XIV (1344) séc. XV (1419) séc. XVI (1505) séc. XVI (1597)
Lenda monástica de A.H. (Sta. Cruz de Coimbra) (sécs. XIV-XV)	Duarte Nunes de Leão – <i>Crónicas reformadas dos Reis de Portugal</i> 1600 Fr. Bernardo de Brito – <i>Crónica de Cister</i> 1602 Fr. António Brandão – <i>Monarquia Lusitana</i> – Parte III Manuel Faria e Sousa – <i>Epitome de las Historias Portuguesas</i> 1628	séc. XVI (1600) séc. XVII (1602) séc. XVII (1632) séc. XVII (1628)



\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa.

**NOTAS:**

\*\* Versão portuguesa de uma conferência proferida em Paris, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, no ano de 1985. Trata-se de uma versão resumida de parte de um livro que há muito projecto dedicar às lendas que se formaram em torno da personalidade de Afonso Henriques. Curiosamente, a identificação da primeira destas lendas como proposição de um cantar de gesta foi feita, independente e contemporaneamente, em termos semelhantes, por António José Saraiva na sua *História da Cultura Portuguesa*, então em vias de publicação pelo *Jornal do Foro* em fascículos, em 1950-1951, e por mim, na edição crítica do texto português da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução). Lisboa 1951, págs. 361-362, 363-364, 365-370 e notas 133-137, 139 e 142, 371-378 e 386-389, 400, etc. Desde então, António J. Saraiva retomou várias vezes este assunto, como por exemplo, no pequeno volume *A épica medieval portuguesa*, Lisboa (Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve) 1979, assim como nas mais recentes edições da sua utilíssima *História da Literatura Portuguesa*, feita em colaboração com Óscar Lopes. 14.<sup>a</sup> ed., corrigida e actualizada Porto, 1987, págs. 81-84. Por meu lado voltei a dedicar a ela uma comunicação apresentada numa sessão da Academia Portuguesa de História mas que não chegou a ser publicada, bem como em várias conferências que também não chegaram a ser impressas. No meu livro projectado penso retomar o tema, acrescentando-lhe as remissões, e notas de actualização que nesta breve palestra me permito não incluir.

**Referência**

Cintra, L. F. P. — A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal. Revista ICALP, vols. 16 e 17, Junho-Setembro de 1989, 64-78.